



UNICAMP

28 de fevereiro de 1997

Prof. Dr. Carlos Hasenbalg
Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA
Conjunto Universitário Candido Mendes
Rua da Assembléia, 10 - sala 501
20011-000 - Rio de Janeiro - RJ

Prezado Professor Carlos Hasenbalg

Venho, por meio desta, encaminhar os resultados finais da pesquisa "O Negro e a Maçonaria no Brasil (século XIX)" que desenvolvi durante o ano de 1996 graças à dotação que me foi concedida pelo VIII Concurso de Dotações para Pesquisa sobre o Negro no Brasil, promovido pelo CEAA e com apoio da Fundação Ford.

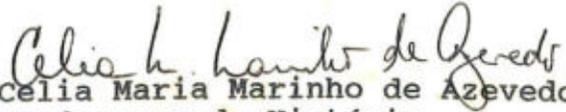
O texto em anexo, com 71 páginas, constitui o primeiro capítulo do livro que estou escrevendo com base na pesquisa de biografias de homens negros que viveram no mundo das elites brancas ao longo do século XIX. Deste texto pretendo tirar um artigo que espero seja de interesse da Revista Estudos Afro-Asiáticos e que devo apresentar aos seus editores até julho que vem.

Incluo também, em anexo, o formulário de prestação de contas número 3, referente à última parcela de R\$ 1.000,00, a qual ainda não recebi.

Por fim, gostaria de agradecer o apoio e incentivo que recebi deste Centro, bem como da Fundação Ford. Graças a esta dotação pude pesquisar em arquivos e bibliotecas públicas do Rio de Janeiro, bem como em um arquivo particular de membro da maçonaria em Curitiba, além de ter adquirido livros, microfimes, cópias xerox e material de escritório necessários a esta pesquisa.

Estou à sua disposição para quaisquer outras informações. Com meus melhores votos,

Sinceramente,


Célia Maria Marinho de Azevedo
Professora de História

RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA

O Negro e a Maçonaria no Brasil (século XIX)

VIII Concurso de Dotações para Pesquisa sobre o Negro no Brasil,
Centro de Estudos Afro-Asiáticos, com apoio da Fundação Ford

Profa. Dra. Celia Maria Marinho de Azevedo
Departamento de História - IFCH
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

fevereiro/1997

O Negro e a Maçonaria no Brasil (século XIX)

Celia M. Marinho de Azevedo
Professora Doutora do
Departamento de História - IFCH,
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Capítulo I

Francisco de Paulo Brito: um tipógrafo e homem de letras a serviço da Constituição

Em 1858, às vésperas da eclosão da Guerra Civil nos Estados Unidos, o ex-escravo e abolicionista Frederick Douglass expressou sua admiração pelo Brasil em palestra sobre cidadania, realizada na cidade de New York. Após relatar, em vivas cores, os preconceitos enfrentados pela população negra e livre dos Estados Unidos, Douglass empenhou-se em provar que o racismo não era um efeito histórico inevitável da escravidão sobre o destino dos cidadãos negros. O "espírito de casta" que marcava a sociedade americana até mesmo nos estados livres do norte, chegando ao ponto de restringir a cidadania à população branca, não existia - enfatizava Douglass - no Brasil. Neste país escravista, explicava ele, os negros que conseguiam se emancipar eram investidos imediatamente de todos os direitos do homem, ou seja, tornavam-se "iguais a todos os outros súditos do Império". "Nenhum sinal da sua servidão passada permanece agarrada a ele. Ele é um homem livre. A sua cor e feições

perdem-se de vista no lumiar da sua Liberdade...".¹

Embora os estudos históricos das últimas décadas tenham demonstrado que o racismo nunca esteve ausente da sociedade brasileira, o elogio de Douglass ao Brasil nos traz, sem dúvida, um duplo desafio.

Primeiramente, é preciso saber sobre as fontes que alimentavam este discurso de Douglass, onde os Estados Unidos e Brasil são imaginados tal como um contraponto entre o inferno e o paraíso racial. Mas sobre isso eu já escrevi em outro lugar, demonstrando como os textos de viajantes, encantados com a suposta harmonia racial brasileira, foram parar nas mãos de abolicionistas americanos em meados de 1830 e 1840 e dali para a frente contribuíram para lançar os fundamentos do mito da democracia racial.²

Em segundo lugar, e é isto que me interessa desenvolver aqui, é preciso enfrentar uma constatação repetidamente mencionada, mas pouco trabalhada na nossa historiografia. Trata-se da presença real de políticos, profissionais liberais, militares e artistas negros no mundo das elites brancas ao longo do século XIX, sobretudo ao tempo do II Reinado.

¹ Frederick Douglass, "Citizenship and the Spirit of Caste: An Address Delivered in New York, New York, on 11 May 1858", in J. W. Blassingame, ed., The Frederick Douglass Papers Series One: Speeches, Debates, and Interviews, vol. 2: 1847-54 (New Haven e Londres: Yale University Press, 1979), pp. 211-212.

² Escrevi sobre isso em: Abolitionism in the United States and Brazil: A Comparative Perspective (New York: Garland Publishing Inc., 1995); e "O Abolicionismo Transatlântico e a Memória do Paraíso Racial Brasileiro", Revista Estudos Afro-Asiáticos, n. 30 (setembro de 1996), no prelo.

Esta convivência aparentemente harmoniosa de brancos e negros nas altas esferas da sociedade brasileira, em plena época da escravidão, tem despertado a atenção de estudiosos da questão racial, sobretudo de pesquisadores dos Estados Unidos. A grande diferença no caso - e que certamente não escapa àqueles que conhecem a história dos Estados Unidos nesse período - é que os cidadãos negros daquele país viviam apartados das elites brancas e bem enraizados em comunidades afro-americanas. Com exceção de alguns encontros com abolicionistas brancos, críticos do racismo, os profissionais e clérigos negros dos Estados Unidos jamais frequentariam os gabinetes e salões refinados do mundo branco. A segregação formal e explícita dos negros, inclusive daqueles que habitavam os estados livres do norte durante a primeira metade do século XIX, já havia traçado uma linha nítida de cor entre o ser branco e o ser negro, bem como as suas correspondentes barreiras.

A partir desta primeira constatação - a presença de cidadãos negros no mundo das elites brancas em pleno Brasil escravista do século XIX, chegamos a uma segunda constatação: a de que conhecemos mal a história do seu ingresso e vivência neste mundo. Diversas questões se impõem aqui: quais os canais de mobilidade social que permitiam o ingresso do homem negro no mundo das elites brancas? Que redes de proteção, solidariedade e ação política permitiam ao homem negro partilhar dos privilégios e vantagens das altas esferas da sociedade branca, assegurando inclusive a continuidade de sua ascensão social e por vezes, a de seus herdeiros? Como o homem negro de elite construía a sua identidade no mundo dos brancos? E

ainda, quais os seus projetos e expectativas? ³

Pouco conhecemos sobre os esquemas de vida forjados por personalidades afro-brasileiras importantes do mundo da política, das profissões e das artes do século XIX, como o jornalista e editor Francisco Paula Brito, o advogado e político Francisco Gê Acayaba de Montezuma - Visconde de Jequitinhonha, a família Rebouças com seus políticos e engenheiros, o jornalista José do Patrocínio, o ministro João Mauricio Wanderley - Barão de Cotegipe, o ex-escravo e advogado Luís Gama, o compositor Carlos Gomes, o poeta Gonçalves Dias, o republicano Francisco Glicério, o romancista Machado de Assis, o filósofo Tobias Barreto.⁴ Um

³ Carl Degler sugere que a chave da diferença nas relações raciais no Brasil, em comparação com os Estados Unidos, reside na aceitação do "mulato" pela sociedade brasileira, o que explicaria a maior tolerância racial no primeiro país. O problema da tese de Degler é que fica-se com a impressão de que a presença de negros entre as elites, observada no século XIX, teria sido uma constante desde o início da colonização portuguesa no Brasil. Ver a respeito, Degler, Neither Black Nor White - Slavery and Race Relations in Brazil and the United States (Madison: The University of Wisconsin Press, 1986): pp. 224-225, 264. Já Gilberto Freyre chamou a atenção para a novidade do ingresso de "mulatos", sobretudo de bacharéis "mulatos", no mundo das elites em meados do século XIX. Ver a respeito, Freyre, "Ascensão do Bacharel e do Mulato", in Sobrados e Mucambos - Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano, vol. 3 (Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1951): pp. 951-959. O que eu pretendo aqui é tentar recuperar a história deste ingresso, o que significa direcionar a pesquisa para responder às questões acima enunciadas. Analisei as teses de Degler e Freyre em Abolitionism in the United States and Brazil, opus cit., pp. XII-XVII.

⁴ Estes são os principais personagens de uma história que estou pesquisando a partir de dois projetos associados: "Identidade, Cultura e Sociabilidade: uma história social da maçonaria no Brasil (século XIX)", com apoio de uma bolsa de pesquisa concedida pelo CNPq a partir de 1 de agosto de 1995; e "O Negro e a Maçonaria no Brasil (século XIX), com dotação do VIII Concurso de Pesquisa sobre o Negro no Brasil (1995) patrocinado pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), do Rio de Janeiro,

aspecto sempre muito associado a vários destes personagens é a sua filiação à maçonaria. Contudo, temos aqui também uma história pouco conhecida, embora muito relevante a julgar pelas inúmeras referências à atuação de membros maçons na sociedade brasileira durante todo o século XIX.

De fato, quando nos detemos nos testemunhos históricos de contemporâneos e nas narrativas construídas pelos primeiros historiadores brasileiros, percebemos que seria difícil encontrar um político do primeiro e do segundo Reinado, ou mesmo dos anos iniciais da República que não tivesse em algum momento de sua vida se filiado a uma loja maçônica. Entretanto, com exceção de alguns estudos a esse respeito, a história da maçonaria é ainda pouco conhecida no nosso presente, não tendo chegado a se constituir em tema corrente de pesquisas acadêmicas.⁵

Neste ponto, chegamos a uma terceira constatação: a de que existem duas histórias mal conhecidas e, possivelmente, bastante relacionadas entre si. De um lado, a história do ingresso e da vivência de cidadãos negros nas altas esferas da sociedade ao longo do século XIX. De outro lado, a história da maçonaria, ou mais precisamente a história social e cultural da maçonaria como canal de mobilidade social e de formação moral do cidadão, e ainda como rede de proteção e solidariedade aos chamados irmãos maçons. Estas duas histórias mal conhecidas, bem como as possíveis relações que

com apoio da Fundação Ford.

⁵ Ver a respeito meu artigo: "Maçonaria: História e Historiografia", Revista USP n. 32 (dezembro/janeiro/fevereiro 1996/1997); no prelo.

se construíram entre elas, podem começar a ser visualizadas a partir da biografia de Francisco de Paula Brito, um maçon negro de muitas artes - era tipógrafo, jornalista, poeta, livreiro, editor - que viveu no Rio de Janeiro entre os anos de 1809 e 1861, transitando com desenvoltura entre as ruas, as lojas maçônicas, as oficinas de trabalho, os encontros de intelectuais e os salões da Corte.

I- Trajetórias: família, trabalho, educação, política

Pouco saberíamos sobre a vida de Francisco de Paula Brito se um amigo seu, Moreira de Azevedo, não tivesse se preocupado em editar um livro com suas poesias, precedidas de uma introdução biográfica. Nesta edição póstuma de 1863, ricamente encapada em veludo verde com arabescos dourados, encontramos ainda uma fotografia de Paula Brito: um homem negro, magro, aparentando cerca de 45 anos, de cabelos crespos cortados rente, trajado com um paletó escuro, gravata borboleta e camisa branca pregueada, bem fechada ao pescoço. O conjunto da postura, trajas e fisionomia impressiona pela sobriedade e altivez, consolidadas ainda no olhar firme que ao invés de encarar a câmara, perde-se na distância de um pensamento. Provavelmente esta era a foto que não só o seu amigo, como ele próprio, gostaria que viesse a imortalizar a sua imagem de cidadão respeitável, dedicado às artes do pensamento e sempre

perscrutando à frente o que lhe reservava a vida. Um ano antes de morrer, Paula Brito, transmitiu em versos estes estranho sentimento de inquietude de quem reconhece, um tanto a contragosto, um destino a cumprir ao longo da vida, sem no entanto se entregar ao conformismo.

"Mas, apesar da farfança
Da minha vida dourada,
Não tenho cousa que preste;
"Abro a mão, não acho nada!"

É verdade que seu fosse
Como quer ser muita gente
Vivendo, como outros vivem,
Vivesse talvez contente...

Mas...este mas quer dizer
"Cada um p'ra o que nasceu:"
Todos cumprem seu destino,
"Eu cumpro o que Deus me deu." " " "

O biógrafo de Paula Brito, assim como os amigos que se

⁶ Francisco de Paula Brito, "Versos a mim mesmo", Poesias de Francisco de Paula Brito (Rio de Janeiro: Typographia - Paula Brito, 1863): pp. 162-163. Ver também Eunice Ribeiro Gondim, Vida e Obra de Paula Brito (Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965); Gondim reproduz os dados da biografia publicada por Moreira de Azevedo em 1863, mas inclui uma rica pesquisa de livros e jornais editados por Paula Brito.

revezaram em discursos à beira de seu túmulo e durante a missa em sua memória, foram unânimes em lembrar que Paula Brito morrera pobre tal como nascera. Como disse um deles: "Sua mão, - aquella mão escura, que todos os grandes estreitavam com effusão d'alma, - estendia-se sempre que havia alguém, - amigo, desvalido, ou contrario, que tropeçasse, pedisse ou carecesse. Á força de tanto abril-a já nada retinha nella...".⁷

Mas Paula Brito, embora assoberbado por dívidas ao final de uma vida de trabalho incansável, não fazia jogo de palavras ao olhar para trás e pensar seu passado como de "farfança" e "vida dourada". Afinal, este homem tão negro quanto os escravos que povoavam a ruas e casas do Rio de Janeiro trazia, decerto, bem forte na lembrança o longo e espinhoso caminho até alcançar a posição de homem de letras e cidadão respeitado por muitos, entre grandes e pequenos.

Paula Brito tem sido repetidamente lembrado em todas as biografias de Machado de Assis como o tipógrafo e livreiro "mulato" que percebeu precocemente o talento do jovem escritor, tão negro quanto ele, encaminhando-o para o seu primeiro emprego no mundo das letras e publicando os seus primeiros textos poéticos. Na época em que Machado de Assis, aos 15 anos de idade, o conheceu, Paula Brito já se consolidara como jornalista e escritor, proprietário de várias tipografias e jornais, e também de uma livraria à Rua do

⁷ "Discurso Proferido pelo Sr. Dr. Caetano Alves de Souza Filgueiras por Occasião da Missa do Setimo Dia de Francisco de Paula Brito", 20 de dezembro de 1861, Monumento á Memoria de Francisco de Paula Brito (Rio de Janeiro: Typographia do - Diario do Rio de Janeiro, 1862): p. 13.

Ouvidor onde se reuniam jovens literatos iniciantes e outros já de larga fama. Além disso, Paula Brito foi nomeado "criado particular e impressor" da Imperial Casa de D. Pedro II, o que lhe conferia o direito de erigir sobre o pórtico de suas oficinas a coroa imperial - coisa que ele nunca fez - e o prestígio de ser reconhecido pelo rei a ponto de em várias ocasiões comemorativas recitar suas poesias em presença da família real.

Mas o que nos interessa agora, não é propriamente o sucesso de um homem negro na Corte, mas os caminhos trilhados para se alcançar esta "farfança".

Na biografia deixada por seu amigo, duas pessoas se destacam nos seus primeiros quinze anos de vida: sua irmã, Anna Angelica das Chagas; e seu avô, o Sargento-Mor Martinho Pereira de Brito. A irmã mais velha lhe ensinou as primeiras letras depois que seus pais, juntamente com ele, mudaram-se da cidade do Rio de Janeiro para Suruí em 1815. O avô, levou-o de volta para a Corte em 1824 e introduziu-o às profissões. O velho Martinho de Brito, já perto dos 100 anos de idade, deveria ter suas facilidades para encontrar emprego para o neto. Além de ter alcançado reputação como "ourives de martello", dedicado a fabricar lâmpadas de prata para as igrejas, ele foi comandante do 4. Regimento de Milicianos, conhecido como Regimento "dos Pardos", reformando-se mais tarde como sargento-mor. Assim, logo ao voltar para a sua cidade natal, Francisco de Paula Brito, devidamente alfabetizado pela irmã e provavelmente amparado pelas conexões profissionais do avô,

encontrou seus primeiros empregos: inicialmente trabalhou em uma botica, mas logo em seguida foi contratado pela Tipografia Nacional, onde aprendeu a arte de sua vida. Da Tipografia Nacional, Paula Brito passou sucessivamente para duas outras tipografias, de proprietários franceses: R. Ogier e Seignot Plancher. Nesta última tipografia, Paula Brito trilhou a sua primeira escalada profissional, após acalmar leitores descontentes com um artigo publicado pelo Jornal do Comercio, fundado e dirigido pela família Plancher desde 1827. Trabalhava, um dia, Paula Brito na composição do jornal, quando este foi subitamente invadido por um grupo de pessoas iradas. Após lançarem alguns números da folha na cara do proprietário, injuriaram-no e ameaçaram-no com tal vigor que nada mais restou ao francês a não ser evadir-se e aguardar o empastelamento de sua tipografia, o que, aliás, era naqueles tempos um recurso muito usado contra jornalistas julgados impertinentes por seus leitores. Pois bem, em meio a esta cena turbulenta, "um compositor conservou toda a serenidade e sangue frio; apresentou-se diante dos imprudentes, tal foi a sua moderação, que a desordem se acalmou, e os invasores deixaram a casa arrependidos ou envergonhados talvez do excesso que tinham praticado".⁸ Em reconhecimento a este feito de moderação, Paula Brito foi promovido a "diretor das prensas", dando início também à sua reputação de homem equilibrado e avesso à violência.

Mas ao que tudo indica, a grande virada na vida de Paula Brito

⁸ Apud Moreira de Azevedo, Poesias de Francisco de Paula Brito, p. XI.

ocorre a partir de 1830. O casamento com Rufina Rodrigues da Costa em Itaboraí, em 1830, pode lhe ter sido proveitoso não só no plano amoroso, como também nos bolsos de tipógrafo em início de carreira. Nada sabemos sobre Rufina e sua família, mas o biógrafo na sua ânsia de apagar da memória qualquer insinuação contrária à celebração póstuma do amigo, deixou-nos inadvertidamente um indício de que Rufina Costa teria mais recursos do que o noivo pobre.

"Não foi um casamento de interesse: elle era então bem moço e dotado, como sempre se mostrou, de sentimentos nobres e se nunca soube escravizar-se ao calculo dos algarismos, não seria certamente na primavera da vida que iria vender a alma e coração a troco de algumas moedas." ⁹

É interessante notar este empenho do biógrafo em negar que Paula Brito pudesse ter se escravizado ao dinheiro, vendendo a alma num casamento de interesse. Possivelmente, nenhum assalariado negro que ascendesse à condição de pequeno proprietário, logo após contrair núpcias, escaparia a uma tal acusação sobretudo numa época em que ser negro era ser escravo, ou então viver escravizado às relações de dependência impostas pelos grandes senhores da terra.

Contudo, a ênfase purificadora da imagem do amigo, por parte do biógrafo, deixa mesmo entrever a possibilidade de que o casamento entre Rufina Costa e Paula Brito tenha se constituído em alavanca inicial da ascensão social do tipógrafo; e obviamente, se

⁹ Ibid., p. XI.

este foi o caso, não nos interessa aqui perscrutar o quanto haveria de amor ou de interesse naquela união. Apenas precisamos constatar um fato seguinte, importante sem dúvida, na vida de Paula Brito. Pouco tempo depois, em 1831, ele conseguiu realizar o sonho dos moços tipógrafos: comprou a loja de encadernação e livros de um primo seu, Silvino José de Almeida Brito, situada à Praça da Constituição, n. 21, e abriu ali também uma pequena tipografia. Deste modo, aos 21 anos de idade, Paula Brito dava início à sua carreira de proprietário e tipógrafo-editor.¹⁰

Mas, tranquilizemos neste ponto o infeliz biógrafo que deixou passar este deslize na construção da memória do amigo. O casamento com Rufina pode bem ter sido uma alavanca inicial na sua ascensão social, mas Paula Brito certamente não teria ido muito longe na sua bem-sucedida carreira de tipógrafo-editor se não fossem os seus méritos intelectuais; bem com a sua capacidade de se impor como cidadão de respeito em meio às elites da Corte. Afinal, Paula Brito nunca teve a chance de obter uma educação formal; tudo o que ele acumulou em matéria de conhecimento e mais o seu domínio do português e francês, ele o conseguiu às custas da severa disciplina requerida ao auto-didata, sobretudo quando ela se impõe após suadas e longas horas de trabalho numa tipografia.¹¹

Além do seu autodidatismo que permitiu que ele em poucos anos se destacasse como jornalista, poeta exímio em rimas - seus jornais eram redigidos por ele em versos - tradutor de literatura francesa

¹⁰ Ibid.

¹¹ Ibid, pp. XII-XIV.

e também como editor capaz de detectar talentos literários precoces, Paula Brito soube enfrentar seus concorrentes na disputa de um mercado jornalístico e livreiro em franca expansão.

Na época em que ele abriu sua primeira tipografia, já havia em pleno funcionamento pelo menos cinco outras na Corte, anunciadas no Almanaque de Plancher-Seignot para o ano de 1827: Tipografia Imperial e Nacional, dirigida pelo Visconde de Cairú; Tipografia Imperial, de propriedade de Pedro Placher que gozava já do título de "Impressor Imperial"; Tipografia do Diário do Rio de Janeiro; Tipografia Mercantil; Tipografia de Torres.¹² Já em 1832, o mesmo Almanaque anunciava 11 tipografias, e ainda não incluía a recém aberta por Paula Brito.¹³

Mas isto não é tudo que temos para refletir sobre as dificuldades encontradas por Paula Brito na sua trajetória de ascensão social. Pouco ainda conhecemos sobre os agitados anos 1830, os anos da Regência, cuja sucessão de regentes, leis e contra-leis, fazem até hoje a tortura dos colegiais em suas

¹² Almanak dos Negociantes do Imperio do Brasil; Publicado por Plancher-Seignot, Impressor Livreiro de S. M. O Imperador. Primeiro Anno. (Rio de Janeiro: Casa do Editor Proprietario, 1827): pp. 197-201.

¹³ Almanak Nacional do Commercio do Imperio do Brasil Publicado por Emilio Seignot-Plancher para 1832. Terceiro Anno (Rio de Janeiro: Typ. Imperial de E. Seignot-Plancher, 1832): p. 183. As onze tipografias mencionadas aqui são as seguintes: Typographia da Corte; Typ. Nacional e Imperial dirigida pelo Conego Januario da Cunha Barboza; Typ. Imperial de Plancher; Typ. do Diário, de propriedade de Nicolau Lobo Vianna; Typ. D'Astréa, de propriedade de João Clemente Vieira Souto; Typ. De Gueffier; Typ. de Torres, de propriedade de Innocencio Francisco Torres; Typ. de T. Hunt; Typ. de René Ogier; Typ. de Lessa e Pereira; Typ. do Tempo.

memorizações esquemáticas aprendidas de livros didáticos.¹⁴ Mas o que importa captar nestes agitados anos da chamada "Experiência Liberal" ou "Experiência Republicana" (1831-1840), que ficou estabelecida em nossas mentes como um passageiro e confuso divisor de águas entre o Primeiro e o Segundo Reinado, é o sentimento de indeterminação, de que tudo estava meio de pernas para o ar, enfim, de instabilidade de todas as instituições, perpassando todo o cenário político e social do país há apenas nove anos independente. Possivelmente o sentimento dominante fosse semelhante ao dos tempos pré-revolucionários descrito por Charles Dickens: o de que vivia-se o melhor e o pior dos tempos, a época da crença e da incredulidade, a estação da Luz e das Trevas, enfim, a sensação de que tudo e, ao mesmo tempo, nada perfilava-se à nossa frente.¹⁵

É certo que nenhuma revolução se seguiu a esse tempo, no nosso caso, mas a percepção de que vivia-se uma alarmante crise institucional foi registrada por aqueles que procuravam salvaguardar a autoridade dos organismos legais nestes anos de rebeliões provinciais e tumultos populares nas ruas da Corte. Um exemplo vívido desta disputa em torno da autoridade é o testemunho que Saturnino de Souza e Oliveira, juiz de paz da Freguesia do Sacramento, deixou em relatório minucioso, encaminhado ao Ministro

¹⁴ Ver a respeito da Regência, Paulo Pereira de Castro, "A Experiência Republicana", 1831-1840", in Sergio Buarque de Holanda, História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico, tomo II, vol. 2, 6. edição (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995); e também, Roderick J. Barman, Brazil - The Forging of a Nation, 1798-1852 (Stanford, California: Stanford University Press, 1988).

¹⁵ Charles Dickens, A Tale of Two Cities (New York: New American Library, 1980): p. 13.

da Justiça Diogo Antonio Feijó, sobre "os desastrosos acontecimentos" do Teatro São Pedro na noite de 28 de setembro de 1831.

Tudo começou com uma "desordem" no Largo, junto aos arcos do teatro. O juiz de paz, chamado às pressas em seu camarote, saiu do teatro e lá fora encontrou dois partidos em disputa: de um lado, o tenente Antonio Caetano e de outro o oficial do Estado Maior, F. Paiva, ambos se queixando de mútuas agressões. O juiz de paz julgou poder resolver a questão rapidamente, mandando prender a ambos. Mas a interferência de um terceiro partido acabou por impedir que o juiz retornasse ao conforto do seu camarote. "...hum grupo de Povo que nos rodeava começou a gritar que o Brasileiro Antonio Caetano não iria preso, e á força o pucharão, apesar d'elle mesmo gritar que estava preso, e que queria ir para a prisão". Em meio a esta multidão vociferante, o outro oficial achou por bem fugir, o que contribuiu por aumentar o tumulto: "...começarão a gritar que eu havia soltado o Chumbo e queria prender ao Brasileiro...". Com muito custo o tenente Antonio Caetano foi levado para dentro da platéia, mas aí o partido do "povo" encontrou seus defensores em meio ao "espantoso alarido" do tenente que aproveitou a platéia para denunciar que "estavamos trahidos" por causa de um "Chumbo". Vários oficiais se opuseram à sua prisão, entre eles o popular Major Frias, levando-o para local ignorado. Enquanto isso, um deles desafiava o já muito desautorizado juiz: "...Antonio Caetano não havia de ir preso porque a população não queria, e esta podia mais do que eu...". A narração do juiz continua, agora com a ação da

Guarda Municipal contra os "amotinadores" que cercavam o teatro, liderados por um "pardo escuro com hum cacete na mão". Ao final, alguns mortos e feridos foram contabilizados, enquanto as ruas da cidade eram patrulhadas por mais de três mil homens até alta madrugada.¹⁶

Vários aspectos desta narrativa merecem ser comentados aqui. Em primeiro lugar, pode-se entrever, sem muitos detalhes, a quebra da hierarquia militar no conflito entre um tenente e um oficial do Estado Maior, cuja patente presumivelmente era superior ao do primeiro. Em segundo lugar, é evidente a disputa em torno da autoridade entre oficiais e as Guardas Municipais. Apenas cinco meses após a abdicação de D. Pedro I, o governo dos três regentes - até meados de junho de 1831 em caráter provisório - dava margem à percepção abrangente da provisoriedade do poder em vários segmentos sociais e aparatos institucionais. Novas instituições militares como a Guarda Municipal e a Guarda Nacional estavam sendo criadas, e outras desmobilizadas, o que significava a criação de novas

¹⁶ Relatorio do Juiz de Paz da Freguezia do Sacramento, Dirigido ao Ministro da Justiça sobre os Acontecimentos da Noite de 28 de Setembro 1831 no Theatro (Typographia Imperial e Constitucional D'Emille Seignot-Plancher). O Major Miguel Frias tornara-se muito conhecido por ter percorrido a galope o percurso entre o Campo de Santana e Palácio de São Cristovão, servindo como emissário do povo e do exército junto ao Imperador, na madrugada de 7 de abril. O tumulto do Teatro São Pedro, relatado aqui, resultou na prisão do Major Frias por ordem do ministro da Justiça, Diogo Feijó; conseguiu entretanto escapar da prisão e se exilou nos Estados Unidos. Ver a respeito, P. P. Castro, "A "Experiência Republicana", 1831-1840", opus cit., pp. 20-21.

prerrogativas e o esvaziamento de antigos poderes.¹⁷ Em terceiro lugar, o clamor do chamado partido do "Povo" - os "Brasileiros" -, bem como a sua associação explícita com um "pardo escuro", deixa entrever a retomada de antigos conflitos étnico-nativistas, entremeados de conotações raciais. Conflitos deste teor, presentes no período da Independência, retomavam o seu curso ainda com mais vigor, ecoando as boas novas anunciadas por opositoristas longamente associados à luta contra o despotismo: o início de fato do governo constitucional dos brasileiros e para os brasileiros.¹⁸

Mas o documento analisado acima revela ainda um outro aspecto importante desta percepção da provisoriedade do poder. O relatório do juiz não se destinava simplesmente aos olhos do ministro da Justiça, tendo sido publicado em uma folha de imprensa, em frente e verso pela Typographia Imperial e Constitucional D'Emille Seignot-Plancher. Esta preocupação do juiz em não restringir a sua versão a um relatório interno de serviço deixa entrever a estratégia de persuadir o público de que a sua atuação se pautara pela Lei, garantindo deste modo o seu apoio para a eventualidade do ministro Feijó querer aplicar-lhe a lei recente de 5 de junho que permitia ao Governo substituir juizes de paz negligentes.¹⁹

¹⁷ Castro, "A "Experiência Republicana" 1831-1840", opus cit., pp. 16-20; e Jeanne Berrance de Castro, "A Guarda Nacional", in Sergio Buarque de Holanda, História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico, tomo II, vol. 4, 5. edição (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995): pp. 274-298.

¹⁸ Roderick J. Barman, Brazil, opus cit., p. 162.

¹⁹ P. P. Castro, "A "Experiência Republicana"", opus cit., pp. 16-17.

A década dos governos regenciais pode ser pensado como um daqueles momentos promissores de alargamento do mundo da política que se seguem a abalos institucionais. Os historiadores da Regência têm chamado a atenção para a rivalidade entre elites que se implantaram politicamente nos anos pós-Independência e outras, formadas de muitos jovens, que conseguiram ingressar na política após a abdicação de D. Pedro I, apelando para os sentimentos nativistas e populares. Três vias políticas emergiram destes conflitos nos anos iniciais da Regência: o partido dos Moderados, apelidados por seus adversários de "Chimangos" (caça com a qual não vale gastar chumbo), cujo programa era garantir a continuidade da Constituição de 1824, e a sensibilidade nativista; o dos Exaltados ou Farrroupilhas, cujo signo era o popular chapéu de palha, e as paixões dominantes eram federalistas, republicanas, e também apaixonadamente nativistas; e o dos Restauradores ou "Caramurús" - apelido tirado do título de seu principal jornal - que pretendiam o retorno de D. Pedro I, mas cujo programa perdeu o sentido após a morte deste em 1834, embora não certamente a vontade de reempossar a Tradição.²⁰

Este traçado geral das diversas posições políticas nos ajuda a perceber que o Brasil não estava inevitavelmente fadado a viver uma monarquia estável nos próximos cinquenta anos; e nem muito menos que o país não pudesse ter se fragmentado em várias

²⁰ Ver a respeito Barman, Brazil, opus cit.; e P. P. Castro, "A "Experiência Republicana"", opus cit. . Sobre a ordem fundada pelas elites a partir deste período, ver: José Murilo de Carvalho, A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial (Rio de Janeiro: Campus, 1980).

repúblicas, sob o impulso das muitas rebeliões provinciais que se estenderam até 1848, e a exemplo do acontecido com o Império espanhol no continente americano. Mas quando se trata de pensar os indivíduos e suas opções políticas, ao longo da vida, percebemos que eles não se desenham tão nitidamente quanto o nosso traçado geral. Francisco de Paula Brito viveu a primeira metade da sua vida adulta - digamos de 1830 a 1848, ano da derrota da Revolução Praieira, a última rebelião provincial - neste clima de provisoriedade e disputa pelo poder. Em 1863, o biógrafo de Paula Brito definiu-o como um moderado - "...de seus prelos saíam os periodicos que deviam acalmar a colera das turbas" - e como um restaurador afinado com os Andradas, sobretudo José Bonifácio, defendendo a idéia da regência da Princesa D. Januária e da maioria de D. Pedro II.²¹

Podemos compreender o empenho do biógrafo em celebrar a imagem do amigo morto, segundo os moldes da correção política vigente nos anos 1860: D. Pedro II já se consolidara há muito no poder e os historiadores, a seu serviço, tratavam de silenciar o período regencial como um interregno anárquico sem grande importância num país avesso à violência e tendente ao compromisso.²²

²¹ Apud. Moreira de Azevedo, pp. XII-XVI.

²² Ver a respeito da construção da idéia da história do Brasil como de natureza não-violenta, o artigo de Henry Keith no livro editado por ele e S. F. Edwards, Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970). E sobre a construção da historiografia da Regência como um interregno anárquico, logo corrigido pelo compromisso, ver P. Castro, "A Experiência Republicana", opus cit.; e Valéria Aparecida Rocha Torres, "Justiniano José da Rocha e a Memória do Período Regencial", Texto para Qualificação de Mestrado,

Mas o próprio Paula Brito quis deixar a sua versão, senão da sua posição política, ao menos da sua admiração por aqueles que "exaltaram" os anos 1830. Em 1859, um ano antes de morrer, Paula Brito fez uma homenagem póstuma ao Brigadeiro Miguel de Frias e Vasconcellos, aquele mesmo Major Frias que encontramos no tumulto do Teatro São Pedro, tomando o partido dos "brasileiros". Sem parecer se importar com possíveis represálias, afinal ele era o "criado particular e impressor da imperial casa de D. Pedro II" - e podemos imaginar o que isto significaria em termos de relações de negócios editoriais incentivados...ou cortados - Paula Brito tratou de imortalizar a memória do líder dos Exaltados em livro, com o apoio de uma longa lista de subscritores. Além dos vários obituários publicados na imprensa, Paula Brito incluiu dois artigos: um artigo curto e introdutório, assinado por ele e concitando os leitores a honrar a memória de Miguel Frias que "morreu pequeno" por opção, porque na sua simplicidade "não quis ser grande"; o outro artigo, mais longo e não assinado - segundo Paula Brito, escrito especialmente para este livro por alguém "de pena muito hábil" - parece desenvolver, implicitamente, esta idéia do que é ser, por opção de vida, "pequeno". Vejamos,

" O favor da sorte, o acaso do nascimento podem dar honras, opulencias; mas o favor popular, essa grande voz da consideração publica que acclama um homem, que lhe funda um como throno nas

Departamento de História, IFCH, UNICAMP, novembro de 1995 (texto não publicado).

affeições de todos, não se obtem sem trabalho, cumpre conquistal-a; nem a riqueza, nem as honras, nem o nascimento a dão. Essencialmente democratica, quer ella titulos pessoas".²³

Seria esta "pena muito habil" - tão hábil a ponto de entronar os "pequenos" e destronar os "grandes" num golpe de imagens invertidas - manejada pelo próprio Paula Brito? É possível que ele tenha recorrido ao anonimato para se proteger de possíveis revanches; afinal ele era um homem de negócios, já de idade, sempre cheio de dívidas e com uma família para sustentar. Mas é evidente que Paula Brito compartilhava deste olhar crítico sobre a monarquia ao publicar um artigo anônimo que concluía com mais algumas fustigadas naqueles que, "nestes dias", viviam fascinados por "commendas, titulos, brazões honoríficos" e, como escravos, ufanavam-se ao lhes ver sorrir o senhor.

Diante de publicação tão recente de Paula Brito, o biógrafo apressou-se em retificar a imagem do amigo que teimava em se exprimir como um republicano, muito embora tivesse sido amigo do rei durante toda a vida. É certo que Paula Brito nunca quis erigir sobre o pórtico de sua oficina a coroa imperial - argumentava o biógrafo. Talvez "o filho do povo" achasse um tanto "pesada a farda agaloada do paço". Mas o biógrafo confiava que Paula Brito tivesse

²³ Monumento em Memoria do Brigadeiro Miguel de Frias e Vasconcellos e de Seu Irmão Francisco de Paula Vasconcellos Offerecido a Seu Sobrinho o Exm. Snr. Manoel de Frias Vasconcellos Presidente do Pará Por F. de Paulo Brito (Rio de Janeiro: Typographia de Francisco de Paula Brito, 1859): pp. 61-62, pp. 71-72.

sido um "monarquista de coração" e assim pedia, implicitamente, para que os leitores se lembrassem dele. ²⁴

II - Maçonaria e Sociabilidade

As biografias, escritas especialmente para honrar a memória de um morto, contém sempre páginas de silêncio sobre alguma trajetória de vida que não se julga apropriado lembrar. No caso de Paula Brito estas páginas não escritas referem-se à sua filiação maçônica que, ao que tudo indica, teve início na época em que ele se casou e adquiriu a sua primeira tipografia, estendendo-se até o final de sua vida. É preciso lembrar aqui que a condição de proprietário, capaz de garantir o seu próprio sustento e o de sua família com independência de meios, tem sido um requisito imprescindível à aceitação de novos membros desde o surgimento da maçonaria.²⁵

Mas o seu primeiro contato com a maçonaria deve ter acontecido bem mais cedo: seu patrão, o francês seignot Plancher era maçom, e

²⁴ Apud Moreira de Azevedo, pp. XX-XXI.

²⁵ Ver a respeito, Margaret C. Jacob, Living the Enlightenment: Freemasonry and Politics in Eighteenth-Century Europe (New York: Oxford University Press, 1991): p. 54.

quem sabe também o seria seu avô. Em suas memórias da Rua do Ouvidor, Joaquim Manuel de Macedo afirma que o Jornal do Commercio de Seignot Plancher - aquele mesmo em que vimos Paula Brito acalmar uma multidão irada - era um centro importante da maçonaria, no qual ninguém entrava "sem juramento de segredo".²⁶

Indícios seguros desta filiação encontram-se nos vários livros e folhetos de teor maçônico publicados pela "Typ. Imparcial do Ir.. F. P. Brito", situada à mesma Praça da Constituição de sua primeira tipografia, porém no número 61. A primeira destas publicações é de 1837, sendo que a última é do mesmo ano da morte de Paula Brito, ocorrida em 15 de dezembro de 1861, o que comprova a sua participação na maçonaria até o final da vida. Nestas publicações de teor maçônico é preciso notar especialmente esta abreviatura "Ir.." - de irmão pertencente à família maçônica -, seguida de três pontos desenhados em triângulo, símbolo de maior importância dos chamados "pedreiros-líbvres".²⁷

Outras publicações saíram da Tipografia Imparcial de Paula Brito, sem que porém se revelasse a sua identidade como de "Irmão" maçõn. O editor aparecia como "Irmão" apenas quando se tratava de publicações de conteúdo maçõnico; neste momento ele fazia questão

²⁶ J. M. de Macedo acrescentava ainda sobre a importância destes segredos maçõnicos: "O que asseguro é que o Jornal do Commercio é mais rico de segredos políticos do que o Conselho de Estado, e do que todas as sete secretarias ministeriais...; cf. Memórias da Rua do Ouvidor (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988):pp. 90-91. A primeira edição deste livro é de 1878.

²⁷ Renato de Alencar, "O Triângulo na Maçonaria", Enciclopédia Histórica do Mundo Maçõnico, vol. II (Rio de Janeiro: Editora Maçõnica, 1980): pp. 295-298.

de se anunciar publicamente como um tipógrafo da maçonaria e a seu serviço.²⁸

Mas se o próprio Paula Brito não escondia a sua participação na maçonaria, por que então o silêncio absoluto do biógrafo a esse respeito? É possível que o biógrafo fosse maçom e quisesse resguardar o segredo da Ordem. Pode ser, ao contrário, que o biógrafo simplesmente não gostasse de maçons. Mas é possível também imaginar outras razões para uma tal omissão em torno de um aspecto importante da vivência de um homem negro e pobre, que ao custo de muito estudo e trabalho independente ingressou no mundo das elites intelectuais, profissionais e políticas, e que, naqueles tempos, confundia-se com o mundo da maçonaria.

Há anos que haviam cessado as perseguições à maçonaria. Logo ao se iniciar o reinado de D. Pedro II, encontramos José Maria da

²⁸ Entre estas publicações de teor maçônico podemos citar: Colleção das Constituições, Regulamentos e Mais Peças Maçonicas escolhidas, traduzidas e publicadas. Por Bem da Ordem (Rio de Janeiro: Typ. Imparcial do Ir.. F.P. Brito, 1837); Rozario, J M do, Instruções para os sublimes capitulos dos sublimes principes de Heredon de Kilwinning cavalleiros da aguia e perfeitos maçons livres com o titulo de Rosa-Cruz do rito escossez antigo e acceito para o Imperio do Brazil (Rio de Janeiro: Typ. Imparcial do Ir.. F. de P. Brito, 1838); Alguns Discursos Recitados na Aug.. e Resp.. Loj.. Constituição Maçonica por Jose Maria da Silva Paranhos (Rio de Janeiro: Typ. Imparcial do Ir.. F. de Paula Brito, 1841); Guia para Abertura e Encerramento dos Trabalhos Maçonicos no Rito Escossez Antigo e Acceito no Gráo de Aprendiz (Rio de Janeiro: Typ. Imparcial do Ir.. F. de Paula Brito, 1847); Constituição do G.. Or..do Brasil (Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro do Ir.. Paula Brito, Impressor da Casa Imperial, 1855); A Gl..do Sup..Aut.. do Univ.. aos RR.. II.. Presentes e Á Maç.. em Geral Sabedoria, Poder e União (Rio de Janeiro: Typographia do Ir.. F. de Paula Brito, 1861). Paula Brito publicava também outros livros e folhetos de teor não-maçônico na Typ. Imparcial, porém sem se identificar como o "Ir.." Paula Brito. Por exemplo: Hymno ao Dia 25 de Março, Anniversario do Juramento da Constituição. Offerecido A's Senhoras Brasileiras (Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de Brito, s.d.).

Silva Paranhos, o futuro Visconde do Rio Branco, a lamentar-se do quadro "tristonho" da maçonaria no Brasil, exatamente devido à perda de segredo em torno dela. Em discurso publicado em livro pela mesma Typ. Imparcial do Ir.. F. de Paula Brito, ouvimos o jovem iniciante maçom, em seus 22 anos de idade, constatar:

"Sim, todos conhecem os seus fins, o reposteiro de nosso templo, que outr'ra era uma cortina de ferro, contra a qual se quebravão as settas da curiosidade profana, se trocou pela sêda mais fina e transparente....mas qual a consequencia de taes premissas?...-A queda moral da Maçoneria, a posição melindrosa em que nos achamos....É que a Maçoneria, qual donzella recatada, cujo pundonor modesto exalça sua belleza..., precisava d'esse véo mysterioso, em que envolvia seus virtuosos actos; para que livres da reluctancia profana, e cheios da primitiva força produzissem o effeito desejado".²⁹

Não há indícios de que esta situação de quase visibilidade da maçonaria, captada na imagem da cortina de "seda mais fina e transparente", tenha se alterado nos anos que se seguiram. Afinal, desde o início da Regência, a maçonaria despontara outra vez no cenário político nacional, expandindo rapidamente suas lojas não só na Corte, como em diversas províncias.

²⁹ "Discurso Recitado em Saudação ás Dig.. do Anno de 5840, Da Resp.. L.. 2 de Dezembro", Alguns Discursos Recitados na Aug.. e Resp.. Loj.. Constituição Maçonica por José Maria da Silva Paranhos (Rio de Janeiro: Na Typ. Imparcial do Ir.. F. de Paula Brito, 1841): pp. 8-12.

Em 1831, após a abdicação de D. Pedro I, surgiram dois altos corpos maçônicos rivais na cidade do Rio de Janeiro: o Grande Oriente do Brasil e o Grande Oriente Nacional Brasileiro. O primeiro era homônimo do Grande Oriente atuante na época da Independência e fechado por ordem de seu Grão-Mestre, D. Pedro I, em 1822. Foi reconstruído por um antigo membro, José Bonifácio de Andrada e Silva, recém chegado do exílio e nomeado tutor de D. Pedro II. José Bonifácio ocupou o cargo de Grão-Mestre deste Grande Oriente até a sua morte em 1838, quando foi substituído por Antonio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti, Visconde de Albuquerque. Já o segundo Grande Oriente, mais conhecido como "Oriente da Rua do Passeio", teve entre seus grão-mestres, eminentes políticos da época, entre ele, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Manuel Alves Branco - Visconde de Caravelas, e Paulino José Soares - Visconde de Uruguai.

Em 1833, o Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito, foi fundado no Rio de Janeiro por Francisco Gê Acaiaba Montezuma, futuro Visconde de Jequitinhonha. Contudo este terceiro corpo maçônico teve vida breve, cindindo-se em três corpos, dois dos quais logo se uniram ao Grande Oriente do Brasil e o terceiro ao Grande Oriente Brasileiro (ou do Passeio).

Houve ainda outro Grande Oriente, fundado em 1842 por Luiz Alves de Lima e Silva, então Barão de Caxias, mas também de pouca duração.

Por fim, em 1864, o Grande Oriente do Passeio, ou Supremo Conselho do Grande Oriente Brasileiro, fundiu-se ao Grande Oriente

e Supremo Conselho do Brasil. Este último já era então conhecido como "Grande Oriente do Lavradio", em referência ao elegante palacete adquirido à Rua do Lavradio, n. 97, e inaugurado em 1843. Foi aclamado Grão-Mestre, Bento da Silva Lisboa, Barão de Cairu.

Houve ainda uma cisão significativa em 1863: cerca de 1.500 maçons, liderados por Joaquim Saldanha Marinho, o "Ganganelli", de tendência republicana, fundaram o Grande Oriente e Supremo Conselho dos Beneditinos.

A história de cisões, fusões, e criações de corpos e lojas maçônicas no período da Regência e do II Reinado é bem mais complicada do que este traçado geral, e pretendo contá-la em outra parte. Mas o que interessa registrar aqui é a efervescência da maçonaria no período em que viveu Paula Brito. Esta efervescência traduzia-se num incessante criar e recriar de grupos rivais e conexões solidárias, dos quais participavam grandes personalidades do mundo da política, das profissões, dos negócios, da letras e artes, e também pessoas de origem humilde, cujo trabalho e mérito serviam como cartão de entrada neste mundo - o caso de Paula Brito.³⁰

Mas o discurso de Paranhos nos oferece um indício de que, ao tornar-se mais visível, a maçonaria tornara-se grande a ponto de perder a sua "primitiva força" e já não mais poder se livrar da

³⁰ Esta efervescência não se restringia à Corte; em 1857, já havia 121 lojas no país. Dados conforme J. Gabriel Sant'Ana, "História da Maçonaria Brasileira por Efemérides", Revista Amizade, Curitiba, ns. 73 a 81 (maio 1972 a janeiro 1973); e Mário Melo, A Loja Maçônica Seis de Março de 1817 ao Oriente do Recife (Recife: Typ. Recife Graphico, 1924): pp. 22-29.

"reluctancia profana". Talvez isto esteja a nos dizer que a posição de um maçom, exposto aos olhos "profanos" tornara-se mais arriscada, podendo incorrer com facilidade na ira de autoridades não pertencentes à maçonaria. O biógrafo amigo bem pode ter pensado nisto, sobretudo se levarmos em conta que Paula Brito atravessara uma grave crise financeira em 1857, enviando, um pouco antes de morrer, um "Memorial ao Imperador" com o pedido de proteção real para a sua família.³¹ D. Pedro II, provavelmente não querendo repetir os feitos de seu pai, o imprevisível "Guatimozin", de infeliz memória ainda para muitos maçons e não-maçons, nunca se filiou à maçonaria.³²

Seria interessante tentar compreender onde e como Paula Brito

³¹ Moreira de Azevedo, Poesias de Francisco de Paula Brito, p. XXXI; sobre a crise financeira enfrentada por Paula Brito em 1857, ver, E. R. Gondim, Vida e Obra de Paula Brito: pp. 41-43.

³² D. Pedro II nunca é encontrado entre as muitas personalidades do Império identificadas como maçons por historiadores maçons. Ver por exemplo, Nicola Aslan, Peguenas Biografias de Grandes Maçons Brasileiros (Rio de Janeiro: Ed. Maçônica, 1973); Gabriel Sant'Ana, "História da Maçonaria Brasileira por Efemérides", opus cit.. Renato de Alencar, "A Maçonaria no Brasil", Enciclopédia Histórica do Mundo Maçônico, vol. 1 (Rio de Janeiro: Editora Maçônica, 1979): p. 175. E para uma publicação não-maçônica ver: Andrés Combes, "Brésil", in Daniel Ligou, Dictionnaire de la Franc-Maçonnerie (Paris: Presses Universitaires de France, 1987); embora não filiado à maçonaria, D. Pedro II não deixou de intervir nela; segundo Combes, o imperador decretou a dissolução do Grande Oriente Brasileiro e seu Supremo Conselho em 1860, deixando o campo livre para o Grande Oriente do Brasil. "Guatimozin" era o nome simbólico de D. Pedro I e referia-se ao último imperador azteca, morto em 1525, após resistir bravamente aos espanhóis.

se situava neste emaranhado de organismos maçônicos rivais. Não me foi possível até o momento descobrir a que loja pertencia ele e a que obediência ele estaria submetido. Temos porém um indício, colhido em sua biografia: entre as "sociedades" presentes ao seu enterro, chama-nos a atenção a "União e Beneficencia", cujo nome ressoa como o de outras lojas maçônicas, entre elas, "Commercio e Artes", "Philantropia e Moral", "União e Tranquillidade".³³

Outros indícios nos vem de livros publicados por ele e que podem ser reveladores de suas conexões maçônicas. Entre os títulos maçônicos publicados por ele, há pelo menos dois destinados à difusão do Rito Escocês Antigo e Aceito e nenhum relativo ao Rito Moderno ou Francês. Paula Brito deve ter sido seguidor do Rito Escocês, recém-chegado ao Brasil através das mãos de outro maçom negro, Francisco Gê Acayaba de Montezuma, a julgar por mais um pequeno indício encontrado em livro publicado por ele em 1855. Ao final de Constituição do G., Or.. do Brasil, a informação já prestada no início - "Emp. Typ. - Dous de Dezembro - do Ir.. Paula Brito" - recebe um acréscimo: "Emp. Typ. de Paula Brito, Cav.. R..+".

Provavelmente Paula Brito foi um adepto de primeira hora do Rito Escocês Antigo e Aceito, trazido por Montezuma da Bélgica em

³³ Manoel Joaquim de Menezes, Exposição Historica da Maçonaria no Brasil Particularmente na Provincia do Rio de Janeiro em relação com a Independencia e a Integridade do Imperio por... (Rio de Janeiro: Empreza Nacional do Diario, 1857). J. Gabriel Sant'Ana, "História da Maçonaria Brasileira por Efemérides" informa que em 1853, o Grande Oriente do Brasil fundou a Loja "União e Beneficência" no Uruguai, mas evidentemente esta não era a mesma Loja a que pertencia Paula Brito que sempre viveu na cidade do Rio de Janeiro.

1832, e que rapidamente deslocou o Rito Moderno ou Francês, até então praticado com exclusividade nas lojas maçônicas do Rio de Janeiro.³⁴ Assim, em 1855, Paula Brito já alcançara o Grau 18 do Rito Escocês que lhe conferia o título de Cavaleiro Rosa Cruz. Ao fazer questão de mencioná-lo no fecho de um documento tão importante como a Constituição maçônica, Paula Brito deixou um pequeno sinal do seu apreço por este título, o qual lhe conferia ainda maior brilho à sua identidade maçônica. O grau 18, e o título correspondente, significava mais um grau ascendido no sistema de 33 graus, tal como definido pelo Rito Escocês. Além disso, este parece ser um grau de particular apreço da maçonaria escocesa. Segundo Gerard Encausse, conhecido por Papus, este é o grau realmente cristão: "Um Rosa-Cruz maçom, quando conhece bem o seu Grau, pode ser considerado como um Aprendiz Iluminado, e possui todos os elementos de um alto desenvolvimento espiritual".³⁵

³⁴ O chamado "Rito brasileiro" foi criado em 1883 quando da fusão dos dois principais corpos maçônicos do país (Grande Oriente do Brasil ao Lavradio e Grande Oriente Unido do Brasil, dos Beneditinos) e se inspira no Rito Escocês Antigo e Aceito; cf. D. Ligou, Dictionnaire de la Franc-Maçonnerie, opus cit., p. 1012.

³⁵ Papus (Dr. Gerard Encausse), O Que Deve Saber Um Mestre Maçom (São Paulo, Editora Pensamento, s.d.). Este livro, publicado originalmente em francês, deve ter sido escrito ao final do século XIX, ou início do século XX, visto que seu autor morreu em 1916; cf. Jean-André Faucher, Dictionnaire Historique des Francs-Maçons (Paris: Librairie Académique Perrin, 1988): p. 273. Esta identificação do Grau de Paula Brito precisa porém ser melhor averiguada, uma vez que no Rito Francês Moderno, instituído em 1786, os quatro últimos graus são também de Rosa Cruz: 4. Grau - "Primeira Ordem de Rosa-Cruz, Mestre Eleito"; 5. Grau - "Segunda Ordem de Rosa-Cruz, Mestre Escocês"; 6. Grau - "Terceira Ordem de Rosa-Cruz ou Cavaleiro do Oriente"; 7. Grau - "Rosa-Cruz (Soberano Príncipe)". Este rito, praticado pelo Grande Oriente Francês, e definido em 1801 em seu Regulador, passou entretanto por muitas modificações após esta data; cf. Daniel Ligou, Dictionnaire de la

É muito difícil compreender o que estava em jogo neste conflito de ritos sem uma pesquisa aprofundada nos arquivos internos da maçonaria em vários países.³⁶ Há, entretanto, algumas hipóteses levantadas por estudiosos da maçonaria e que podem lançar alguma luz sobre a difusão do Rito Escocês no Brasil a partir da década de 1830.

Ao pesquisar os maçons da velha Provença, ao sudoeste da França, na segunda metade do século XVIII, Maurice Agulhon percebeu a coexistência de dois tipos de lojas submetidas a dois corpos rivais: o Grande Oriente da França, e a Grande Loja de Marseilhe. As lojas submetidas ao Grande Oriente da França, de Rito Francês Regular, eram aristocráticas e só a muito custo se abriam aos mais ricos comerciantes. Já as lojas submetidas à Grande Loja de Marseilhe, de Rito Escocês, arregimentavam seus membros entre os pequenos comerciantes e artesãos. Para Agulhon, é possível que a

Franc-Maçonnerie, opus cit., pp. 1028.

³⁶ Em vários países como a França, Bélgica e Estados Unidos, os arquivos passados da maçonaria são abertos ao público em geral. No Brasil, entretanto, os arquivos são fechados aos "profanos" e mesmo antigos maçons têm dificuldades para pesquisar os documentos mantidos em suas lojas. Segundo o historiador maçom Kurt Prober grande parte dos documentos anteriores a 1900 foram destruídos pelos próprios maçons em função de suas rivalidades internas ou então pela família de maçons devido à intolerância católica. Mas os documentos que restam depositados no Grande Oriente do Brasil em sua sede em Brasília, ou na sua antiga sede no Rio de Janeiro, são de difícil acesso. Prober queixou-se de jamais poder pesquisá-los devido ao ciúmes de seu curador; cf. Kurt Prober, História do Supremo Conselho do Grau 33.º do Brasil (s.e., s.d.): pp. I-II. Diante de tais dificuldades internas, não é de se espantar que eu na minha condição de "profana" também não tenha conseguido pesquisá-los. Mas aproveito para agradecer o privilégio que me foi concedido pelo Grande Oriente do Rio de Janeiro de permitir que eu visitasse o valioso Museu mantido na antiga casa da rua Lavradio.

maçonaria de rito Escocês fosse mais democrática, ou então propiciasse aos maçons de origem popular a possibilidade de emular as classes superiores.³⁷

Gérard Gayot sugere esta última hipótese ao afirmar que a aquisição de um grau superior ao de mestre conferia ao recipiendário mais prestígio no interior da loja, e também uma maior autoridade sobre os maçons de base. Assim, o escocismo, em sua origem, terá sido uma mera "revanche silenciosa de frustrados".³⁸

Estas duas hipóteses podem ser imaginadas de forma entrelaçada para o caso brasileiro. Os anos 1830, quando o rito Escocês chegou ao Brasil, marcaram, como vimos, o alargamento do mundo da política, o que significou o extravasamento para as ruas dos debates internos ao Parlamento e Conselho Ministerial, bem como a emergência de líderes populares, ou que se amparavam em bases populares, como foram os "Exaltados". Neste mesmo período, e certamente não por mera coincidência - como também já vimos - a maçonaria reaparece na Corte e se expande rapidamente para outras províncias.

É possível, portanto, que o rito Escocês tenha respondido aos anseios democratizantes de muitos pequenos maçons que viam num sistema ritualístico de muitos graus a possibilidade de alcançar

³⁷ Maurice Agulhon, Pénitents et Francs-Maçons de l'ancienne Provence (Fayard, 1984): pp. 170-178.

³⁸ Gérard Gayot, La franc-maçonnerie française Textes et pratiques (XVIIIe - XIXe siècles) (Éditions Gallimard/Julliard, 1980): pp. 87-88.

por mérito (e não por nascimento) - e de ter isto bem demarcado simbolicamente - os graus superiores. Além disso, o fato deste rito ter sido trazido para o Brasil por um maçom negro, antigo combatente da Independência, exilado por ordem de D. Pedro I, e até aquele momento sem título de nobreza, pode ter tocado especialmente nos sentimentos de maçons que, por um motivo ou outro, teriam se sentido excluídos dos altos poderes da maçonaria e da política em geral.

Mas o que importa sugerir aqui é que, a despeito das diferenças de ritos e das rivalidades, a maçonaria enquanto sociabilidade ritualizada, isto é, regrada e sistematizada, propiciou um abrigo emocional a todos aqueles que, como Paula Brito, não se contentavam em simplesmente viver "como outros vivem", ansiando por um espaço ordenado de debate filosófico e político, onde se podia garantir continuamente o "desenvolvimento espiritual" de cada um.³⁹

É importante ter em mente aqui a tese de Margaret Jacob sobre a maçonaria européia do século XVIII: as lojas maçônicas, não obstante o seu apreço aos símbolos tradicionais de "status" e hierarquia, ofereciam a alternativa inerente à nova cultura política e secular iluminista. Ou seja, as lojas maçônicas constituiriam um foro público onde os indivíduos disputavam o poder, votavam, elegiam representantes e formavam a sua identidade em separado da tradicional identidade comunitária, propiciada pelos

³⁹ O conceito de sociabilidade relacionado ao mundo da maçonaria é desenvolvido por M. Agulhon, Pénitents et Francs-Maçons, opus cit..

laços de parentesco, Igreja e Estado. Eram, em suma, "escolas práticas de governo" e a isso deviam parte do seu sucesso.⁴⁰

Além disso, Jacob chama a atenção para a dimensão filantrópica da maçonaria: onde quer que se abrisse uma loja maçônica, logo ela se fazia acompanhar de organismos educacionais ou de auxílio. Com o tempo, as lojas construíam uma rede de caridade sistemática, prevendo auxílios diretos aos irmãos necessitados, abrigo aos viajantes maçons de outras paragens, escolas para crianças pobres e orfanatos para filhos e viúvas desamparadas. Buscava-se deste modo concretizar a utopia da fraternidade maçônica universal.⁴¹ É de se imaginar, portanto, que brasileiros negros e de origem humilde, como era o caso de Paula Brito, tenham encontrado na maçonaria não só um espaço propício de desenvolvimento intelectual, como também um importante esteio institucional de ordem moral e econômica.

A sociabilidade maçônica, portanto, não se reduz ao mundo as lojas. Pelo contrário, ela só adquire sentido se conseguir reeditar e concretizar o sonho da fraternidade universal para além das lojas. O discurso de Ramsay (1686-1743), escocês emigrado para a França e a quem se atribui os primeiros passos do rito Escocês, deixou isto claro num famoso Discurso de 1736:

"Os homens não se distinguem essencialmente pela

⁴⁰ Jacob, Living the Enlightenment, opus cit., p. 48, 179, 204.

⁴¹ Ibid, p. 48; 165-167; 210-211.

diferença das Línguas que eles falam, dos hábitos que eles seguem, dos países que eles ocupam, nem das dignidades das quais eles são revestidos. O mundo inteiro não é mais do que uma grande República onde cada Nação é uma família e cada Particular um Filho. É para fazer reviver e retomar estas máximas essenciais tomadas na natureza do Homem que a nossa Sociedade foi em primeiro lugar estabelecida. Queremos reunir todos os Homens de um espírito esclarecido, de hábitos doces e de humor agradável, não apenas por amor das Belas Artes, mas sobretudo devido aos grandes princípios da virtude, da ciência e da religião, donde o interesse da Confraternidade torna-se aquele do Gênero humano por inteiro, onde todas as Nações podem possuir os conhecimentos sólidos e onde os Sujeitos de todos os Reinos podem aprender a se estimar mutuamente, sem renunciar ao seu país.⁴²

Não sabemos se Paula Brito conhecia este discurso. Mas o seu teor fraterno, racional, internacionalista sem deixar de ser nativista, enfim iluminista, está sempre presente na literatura maçônica, onde quer que ela tenha se produzido. O Livro Maç., do Centenario, publicado em 1922 em comemoração ao centenário do Grande Oriente do Brasil, permite perceber o extravasamento da sociabilidade maçônica em grande número de sociedades culturais, beneficentes, colégios e escolas profissionalizantes, fundadas e

⁴² G. Gayot, La franc-maçonnerie française, opus cit., pp. 67-68.

mantidas por lojas maçônicas em todo o país a partir de meados do século XIX.⁴³

Paula Brito, sem dúvida, colaborou ativamente para a construção desta sociabilidade maçônica, cuja aspiração maior era constituir-se em universal. Vamos encontrá-lo durante as décadas de 1830, 1840 e 1850 em sociedades profissionais, filantrópicas, culturais e artísticas, nos salões do Palácio de D. Pedro II, e também nas confraternizações passageiras propiciadas pelos festejos de rua, como o entrudo carnavalesco.⁴⁴

O nome de Paula Brito tem sido particularmente lembrado em sua vinculação com a "Petalógica", uma sociedade informal de literatos e políticos que passou a se reunir nos fundos de sua casa a partir de 1831, e posteriormente em sua livraria no Largo do Rocio. É difícil encontrar um homem de letras da época que não tenha participado da Petalógica. Entre os mais conhecidos podemos destacar: Joaquim Maria Machado de Assis, Francisco Gê Acayaba de Montezuma, Manuel Alves Branco, Justiniano José da Rocha, José Bonifácio, "o moço", Joaquim Saldanha Marinho, Gonçalves de Magalhães, Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antonio de Almeida. Vários destes nomes, estavam ainda muito longe de adquirir fama e

⁴³ Livro Maç., do Centenario (Ordem do Rio de Janeiro, 1922).

⁴⁴ Paula Brito foi membro das seguintes associações: Associação Tipográfica; Conservatório Dramático do Rio de Janeiro; Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Liberais e Mecânicas; Palestra Fluminense; União e Beneficência (possivelmente uma loja maçônica, como vimos acima); Sociedade Literária do Rio de Janeiro; Comissão Manufatureira e Artística da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; cf. Moreira de Azevedo, Poesias de Paula Brito, opus cit., p. XXXVI; e Gondim, Vida e Obra de Paula Brito, opus cit., pp. 56-57.

havia, mesmo, iniciantes, como foi o caso de Machado de Assis que passou a frequentar esta sociedade com apenas 15 anos de idade.⁴⁵ Para muitos deles, portanto, a Petalógica deve ter sido uma espécie de berço das letras, onde se podia fazer contatos valiosos, tecer relações profissionais e de amizade duradouras, treinar os dons oratórios, inteirar-se das novidades do mundo intelectual, ouvir os fuxicos mais importantes do momento; enfim, exercitar a mente em todo o tipo de debates.

Além dos nomes ilustres, ou a se tornarem ilustres no futuro, a Petalógica impressiona pela sua duração: embora informal, esta sociedade se reuniu periodicamente desde 1831, tendo sobrevivido ao seu fundador, o que contabiliza mais de trinta anos de existência. Machado de Assis chamou a atenção para a extrema vitalidade desta sociedade, sobretudo a "Petalógica dos primeiros tempos, a Petalógica de Paula Brito". Como ele se recordava, ao escrever sobre ela em 1865:

"Cada qual tinha a sua família em casa; aquela era a família da rua - le menage en ville - entrar ali era tomar parte na mesma ceia (a ceia vem aqui como metáfora) porque o licurgo daquela república assim o entendia, e assim o entendiam todos quantos transpunham aquêles umbrais. Queríeis saber do último acontecimento parlamentar? Era ir à Petalógica. Da nova ópera italiana? Do novo livro publicado? Do último baile do E...? Da última peça de Macedo

⁴⁵ Luiz Viana Filho, A Vida de Machado de Assis (São Paulo: Livraria Martins, 1965): p.17; e Gondim, Vida e Obra de Paula Brito, opus cit., pp. 59-62.

ou Alencar? Do estado da praça? Dos boatos de qualquer espécie? Não se precisava ir mais longe, era ir à Petalógica." ⁴⁶

Destas recordações de Machado de Assis, devemos reter uma imagem expressiva. Trata-se da visão destes encontros persistentemente patrocinados por Paula Brito, ao longo de sua vida, como formadores de um sentimento de família peculiar, "a família da rua". Tal como vimos acima em relação ao cotidiano das lojas maçônicas descrito por Jacob, os "petalógicos" formavam uma nova identidade na medida em que frequentavam um espaço de sociabilidade aberto a pessoas letradas, porém vindas de meios sociais distintos. A confraternização propiciada pela Petalógica permitiria aos seus frequentadores transcender, mesmo que fosse por algumas horas, a tradicional identidade comunitária formada pelos laços de família, Igreja e Estado. Neste sentido podemos imaginar que a Petalógica tenha sido uma espécie de empreendimento maçônico de Paula Brito, permitindo que os "profanos" pudessem vivenciar o mesmo sonho de confraternização universal que os maçons buscavam no interior de suas lojas.

III - Cidadania: Povo-Rei e Rei-Cidadão

O significado da participação de Paula Brito nesta rede de

⁴⁶ Apud Gondim, Vida e Obra de Paula Brito, opus cit., p.61.

sociabilidade maçônica, literária e profissional pode ser melhor compreendido à luz de seus escritos, cujo conteúdo aponta para um projeto de cidadania abrangente. Podemos distinguir cinco vertentes neste projeto de cidadania, captado, em fragmentos, em vários momentos e espaços de sua vida: 1. o negro; 2. o jovem; 3. a mulher; 4. o povo; 5. o menino-rei. Como veremos, a Constituição concretizada era o ponto de ligação entre estas cinco vertentes ou personagens essenciais para que a utopia da cidadania se realizasse.

A questão racial significou, possivelmente, a porta de entrada de Paula Brito nas lutas sociais e políticas travadas ao longo do período regencial. Desde o início do movimento pela independência em 1821, as rivalidades entre portugueses e brasileiros contribuíram para construir a idéia de duas identidades opostas no imaginário nativista e popular: os "cabras" ou "pardos", ou seja, aqueles nascidos na terra, e os "marotos" ou brancos, os portugueses. Nos anos 1830, a crise política, acirrada com a abdicação de D. Pedro I, permitiu novo folêgo às erupções nativistas, desta vez acompanhadas de um franco debate sobre a cidadania e a identidade racial do brasileiro.⁴⁷

Paula Brito foi dos primeiros a participar organizadamente deste debate com o lançamento, a partir de setembro de 1833, do

⁴⁷ Ver a respeito, Thomas Flory, "Race and Social Control in Independent Brazil", Latin American Studies 9, 2, pp. 199-224.

jornal O Homem de Côr.⁴⁶ A partir do terceiro número, publicado no mês seguinte, o título foi mudado para O Mulato, ou O Homem de Côr. Paula Brito talvez quisesse com isso assinalar a figura do brasileiro capaz de integrar em si as "cores", ao invés de uma só cor, uma vez que o jornal posicionava-se radicalmente contra qualquer tipo de segregação social.

A postura integracionista deste jornal, que se reivindicava abertamente do partido dos "Exaltados", pode ser percebida já a partir do seu primeiro número. Em longo artigo de capa o redator denuncia os intuitos divisionistas de um Ofício recente do presidente de Pernambuco, Manoel Zeferino dos Santos, o qual sugeria mudanças na organização das Guardas Nacionais. Para o presidente era preciso reconhecer que o "povo do Brasil" constituía-se de "Classes heterogeneas" e jamais seria viável "mistural-as" ou "confundil-as". Entretanto, como "as Guardas Nacionais" haviam sido organizadas ao tempo de "comoções politicas" - quando "os habitantes pacificos e que tem a perder" fugiam dos "ajuntamentos populares" - a escolha de oficiais pelas tropas acabou recaindo "pela mór parte em gente que lizongêa o povo". Temos aqui, portanto, uma distinção bem nítida entre o povo dos

⁴⁶ O jornal de Paula Brito foi o segundo a integrar a chamada "imprensa mulata". O primeiro jornal, também partidário dos Exaltados, foi O Filho da Terra, lançado em outubro de 1831. Seguiram-se outros, todos de vida efêmera: O Brasileiro Pardo, de outubro de 1833, "Caramuru"; O Cabrito, "Exaltado"; O Meia Cara, "Caramuru"; O Crioulinho, "Caramuru"; e O Crioulo, "Exaltado", os quatro últimos de novembro de 1833; cf. Helio Vianna, Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869) (Rio de Janeiro, 1945); T. Flory, "Race and Social Control in Independent Brazil", opus cit., p.22.

"ajuntamentos populares", responsável pelas "comoções políticas" e os proprietários, isto é, "os habitantes pacíficos e que tem a perder" e que por isso fogem às agitações.

É interessante notar que o presidente usa termos como "classes heterogeneas", "povo", "habitantes pacíficos" sem nenhuma identificação de cunho racial. Contudo, o redator de O Homem de Cór racializa o debate ao deixar claro que quando o presidente escrevia "classes heterogeneas", ele não estava a se referir simplesmente a uma divisão imposta pela condição de ser ou não proprietário, mas também a uma distinção de cores, de raças.

"...o titulo 2. da Constituição marcando os Cidadãos Brasileiros não destinguio o roxo do amarello o vermelho do preto, mas o dictador Zeferino; na Patria dos Agostinhos, e Canecas, ouzou em menos cabo da Grande Lei cravar agudo punhal em os peitos Brasileiros. Demos ao Prezidente moderado que devera-se crear Batalhões segundo os quilates da cór, creava-se hum Batalhão dos intitulos brancos do Brasil, outro de mulatos, e outro de pretos, O Comandante Geral seria branco? Em tal cazo as Classes heterogeneas o não quererião. O Governo sendo composto de brancos não veria a ser obedecido pelas classes heterogenas. Quando se ha mister dos homens, todos somos

patricios, a terra he nossa, fingem-se cartas de liberdade, forças ao Arsenal; quando servidos; mulatos e pretos tomai nosso lugar, sois maioria atrevida, gente de xinelo e cacete." ⁴⁹

Para reverter esta situação de desigualdade de tratamento dos cidadãos brasileiros - mulatos e pretos sempre submetidos aos ditames mutáveis e hipócritas dos brancos - o redator não via outra saída a não ser defender a Constituição de 1824.

É provável que a memória do avô de Paula Brito, comandante do Regimento "dos Pardos", tenha contribuído para sedimentar a percepção da Constituição como uma conquista em matéria de direitos da população pobre e negra. Isto porque o carácter universalista do texto constitucional determinava o fim das práticas segregacionistas dos tempos coloniais. A distinção de "raças" entre cidadãos brasileiros não tinha mais lugar na medida em que se garantia a todos, "sem outra diferença que não seja a de seus talentos, e virtudes", o direito de admissão aos cargos públicos civis, políticos e militares.⁵⁰

⁴⁹ O Homem de Côr, n. 1, (Rio de Janeiro: Typographia Fluminense de Brito e C., 14 de setembro de 1833): pp. 1-3. O Ofício do presidente de Pernambuco é de 12 de junho de 1833.

⁵⁰ Parte da capa deste primeiro número de O Homem de Côr foi preenchida com a reprodução, lado a lado, do item 14 do artigo 179 (Título 8) da Constituição, o qual define o direito irrestrito de admissão aos cargos públicos pelos cidadãos brasileiros; e do Ofício do presidente de Pernambuco com sua referência à composição heterogênea, e irremediavelmente intransponível, do povo brasileiro.

Neste sentido, defender a Constituição significaria tecer alianças entre negros e brancos, igualmente interessados em garantir os direitos adquiridos dos cidadãos, sem distinção de cor. Por isso, o artigo concluía com um apelo de união contra o "branco Presidente e seos consocios":

"Saiba o Presidente moderado, que os Exaltados e os brancos não moderados vivem em harmonia e nada se lhes dá de serem comandados por muitos das classes heterogeneas, e nesta lucta vergonhoza a balança he em favor das raças desprezadas bem que não desprezíveis. Brasileiros artistas, e vós outros que fazeis a felicidade das Nações abraçai-vos com a Constituição, fazei votos para que o governo accorde e dimita a hum Presidente promotor da anarquia e das dissensões entre as Classes do Brasil."

A despeito da sua defesa do "homem de cor", o jornal silencia sobre os escravos, cuja presença no texto constitucional só é perceptível a partir da inclusão do "liberto" nascido no Brasil entre os cidadãos brasileiros. Podemos compreender este silêncio como uma omissão deliberada em torno de um problema de difícil solução, na medida em que qualquer crítica à escravidão atingiria em cheio os interesses económicos daqueles mesmos brancos "não moderados" dispostos a se aliar com os negros "Exaltados" contra o governo dos brancos moderados. Além disso, sabemos que a escravidão permeava o Brasil como um todo a ponto de homens negros de elite

também terem os seus escravos. Não podemos também nos esquecer das tensões suscitadas pela escravidão, sobretudo neste período em que a participação de escravos em várias rebeliões provinciais dava margem a discursos alarmistas em torno dos riscos do "haitianismo".⁵¹ Há ainda o problema delicado da soberania nacional suscitado pelo governo britânico, cujas pressões sobre o governo brasileiro no sentido da abolição do tráfico africano contribuíam para inflamar as paixões nativistas.⁵²

Mas podemos aventar ainda uma última hipótese para compreender porque um jornal tão empenhado em defender os direitos de cidadania para todos, sem distinção de "raça", silenciava sobre os escravos. Embora a Constituição brasileira legitimasse a escravidão na medida em que a ignorava em seu texto, é possível que ela fosse considerada como muito superior à Constituição dos Estados Unidos. Muito provavelmente Paula Brito e seus redatores conheciam a Constituição republicana que já se imortalizara como o primeiro texto constitucional escrito da história da humanidade e cujo impacto era perceptível nas várias constituições que surgiram na

⁵¹ Ver a respeito, Flory, "Race and Social Control in Independent Brazil", opus cit., pp.211-217; Barman, Brazil, opus cit., pp. 192-193; J. B. Castro, "A Guarda Nacional", opus cit., pp. 282-284; Manuela Carneiro da Cunha, Negros, Estrangeiros. Os Escravos Libertos e sua volta à Africa (São Paulo: Brasiliense, 1985); João José Reis, Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês (1835) (São Paulo: Brasiliense, 1986).

⁵² Ver vários relatos de conflitos entre brasileiros e marinheiros ingleses, os primeiros defendendo decididamente o tráfico africano em terras brasileiras em Leslie Bethell, The Abolition of the Brazilian Slave Trade: Britain, Brazil and the Slave Trade Question, 1807-1869 (Cambridge: Cambridge University Press, 1970).

Europa, a começar pela França da Revolução.⁵³ Se eles a conheciam, certamente não lhes escaparia o fato de que a Constituição republicana mencionava a escravidão em três de suas cláusulas de modo a não deixar dúvidas de que quem nascia escravo deveria continuar nesta condição.⁵⁴ Já a Constituição monárquica brasileira silenciava sobre a escravidão, deixando claro entretanto que os "libertos" nascidos no Brasil, isto é, aqueles que saíram da condição de escravos, eram cidadãos brasileiros com direitos quase irrestritos.⁵⁵

⁵³ R. R. Palmer, The Age of Democratic Revolution (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1959).

⁵⁴ Os historiadores dos Estados Unidos batizaram estas cláusulas de "cláusulas da escravidão". A primeira, a "cláusula dos três quintos" (artigo I, seção 2) determinava que o número de habitantes de cada estado, incluindo-se aqui três quintos dos escravos, serviriam como base para se calcular o número de representantes na Câmara dos deputados federais, bem como o montante de impostos diretos a serem pagos por cada estado. A segunda cláusula, conhecida como "cláusula do tráfico africano" (artigo I, seção 9), determinava que a importação de escravos pelos estados não poderia ser proibida pelo Congresso antes do ano de 1808. A terceira cláusula, a "cláusula do escravo fugitivo" (artigo IV, seção 2), determinava que qualquer escravo que fugisse para um estado livre não poderia se valer das leis de liberdade vigentes naquele estado, devendo ser devolvido ao seu senhor. É conveniente observar aqui que nenhuma destas cláusulas mencionava a palavra "escravo", preferindo o subterfúgio de: "três quintos de todas as outras pessoas", "a importação de tais pessoas", "pessoa obrigada a servir". Ficava claro, porém, que havia "outros", pessoas que não se incluíam na fórmula introdutória da Constituição, "nós, o povo" e cujo destino se petrificava naquelas cláusulas. Ver a respeito, David Brion Davis, The Problem of Slavery in the Age of Revolution 1770-1823 (Ithaca: Cornell University Press, 1975). A Constituição americana foi motivo de inflamados ataques pelos abolicionistas americanos, franceses e britânicos; ver a respeito, Azevedo, Abolitionism in the United States and Brazil, opus cit., pp. 4-5, 37-42.

⁵⁵ De acordo com o Título 4, capítulo VI, artigo 92, os libertos eram excluídos do direito de votar nas Assembléias Paroquiais; podiam entretanto votar nas eleições primárias. Ver

Haveria porventura a esperança de que, com o tempo, mais e mais escravos fossem adquirindo suas "cartas de liberdade", as quais poderiam ser verdadeiramente usufruídas na medida em que as garantias constitucionais fossem mantidas ? Ou haveria simplesmente uma ausência de consciência de raça? Thomas Flory sugere que não houve um movimento de solidariedade racial no Brasil dos anos 1830, a despeito da existência de uma "imprensa mulata"; um indício desta ausência de um sentimento de identidade racial estaria, a seu ver, justamente no fato de que nenhum destes jornalistas "mulatos" repudiavam a escravidão. Flory não percebeu porém, que o combate às tendências segregacionistas, tal como denunciado tão vivamente no artigo acima, requeria um discurso de teor universalista e portanto, não racialista.⁵⁶ Assim, ao mesmo tempo que o jornal de Paula Brito explicitava a discriminação racial contida no Ofício do presidente de Pernambuco, ele deixava claro que as distinções de cor deveriam ser apagadas totalmente da vida social, dando lugar apenas às diferenças de talentos e virtudes, tal como determinado pela Constituição.

Mas para que a sociedade pudesse ter como alavanca de mobilidade social tão somente o mérito, seria preciso constituir-se um amplo movimento de formação do cidadão. Neste sentido podemos compreender a importância conferida aos dois outros personagens do projeto de cidadania delineado por Paula Brito: o jovem e a mulher.

"Carta de Lei - de 25 de Março de 1824", in Adriano Campanhole e Hilton Lobo Campanhole, Todas as Constituições do Brasil (São Paulo: Atlas, 1971): pp. 581-602.

⁵⁶ Ver a respeito, T. Flory, opus cit., pp. 212-215.

Como auto-didata Paula Brito preocupava-se com o tipo de leitura que poderia cair nas mãos de jovens inocentes. Para ele havia dois tipos de literatura: de um lado, as novelas "feitas com arte e com gosto", as quais "tem polido muitas ações, desbastado as perversas desordens, e máos costumes de muitos homens, emfim tem emendado muita gente"; por outro lado, as novelas "indignas de estarem contadas no numero de obras", corruptores dos costumes e fantasiosas a ponto de expor "ridicularias sem ordem" como homens voando e estátuas falando. Para combater a influência insidiosa deste último tipo de literatura que chegava ao Brasil na forma de "novelas", ou "ja com o phantastico nome de Comedias e Operas", Paula Brito julgou necessário tirar do esquecimento uma velha edição das Fabulas de Esopo, publicada em Lisboa em 1791. Assim, já nos seus últimos anos de vida, ele se deu ao trabalho de arranjar em quadrinhas todas as fábulas, pois conforme ele explicou, era preciso adaptar a linguagem "ao gosto de hoje".⁵⁷

É interessante chamar a atenção aqui para as motivações idealistas de Paula Brito: afinal, parecia ser tão importante alimentar a juventude com boa literatura, inspiradora de "sentimentos honrados" e "idéas grandes", que ele não hesitou em publicá-las em 1857, em grosso volume de 375 páginas, coincidindo

⁵⁷ F. de Paula Brito, Fabulas de Esopo para Uso da Mocidade Arranjadas em Quadrinhas por F. de Paula Brito (acrescidas de "Supplemento ás Fabulas de Esopo") (Rio de Janeiro: Emp. Typographica Dous de Dezembro, 1857). O volume contem 77 fábulas e o suplemento, 15.

com o pior momento de suas dificuldades financeiras.

Mas podemos também imaginar que ele se identificasse com a figura de Esopo. Embora reconhecendo a existência de várias versões sobre a identidade de Esopo, ele preferiu "a opinião mais seguida". Apresentou-o aos seus leitores como um homem que "nasceu escravo, viveu ao tempo de Solon, aprendeu "a pureza da língua Grega" em Atenas, e através de suas viagens continuou a polir e aperfeiçoar os seus talentos até conquistar uma posição de relevo "nos ajuntamentos dos Sabios". Não escondeu, porém, o fato de que nem sempre os homens honrados alcançam pleno sucesso: o infeliz Esopo acabou atirado num abismo depois que um seu discurso sobre a natureza dos deuses levantou os delfos contra ele.⁵⁸

Nesta escolha da identidade de Esopo podemos captar duas mensagens: primeiramente, o valor do auto-esforço, da educação, do mérito, permitindo que um homem humilde, nascido escravo, ascendesse até os sábios e fosse por eles ouvido; e em segundo lugar, os riscos de se dizer a verdade, mesmo quando bem instruído pelo saber longamente acumulado.

Podemos perceber a presença deste conjunto de mensagens aos jovens já no início da carreira de Paula Brito como homem de letras. Em Hymno Offerecido á Mocidade Brasileira, no dia 25 de Março de 1831, ele celebrava o aniversário da Constituição brasileira, fruto dos esforços de brasileiros corajosos que não se deixavam intimidar por aqueles que "tramam nossa escravidão".

⁵⁸ Ibid., pp. 5-9.

"Renasça em nós a vingança,
Triunfe o sacro Heroísmo,
Homens livres não se curvão
Ao tyrano despotismo"

Não se curvar ao despotismo, lutar pela manutenção da Constituição, vista aqui como expressão da liberdade, significava estar sempre pronto para viver a divisa: "Independência ou Morrer".⁵⁹

Assim, tal como na narrativa de Esopo, percebemos nestes versos uma leitura política e existencial da escravidão: é escravo aquele que se deixa tyranizar, que vive sem independência; supera a condição de escravo aquele que não mede esforços para combater o despotismo, tendo sempre em vista a possibilidade de sacrificar a própria vida.⁶⁰

Mas o despotismo podia ser uma serpente de muitas cabeças, presente nos vícios e nas futilidades de salão. Como inspirar sentimentos nobres em jovens que pareciam não ter outra preocupação a não ser seguir as modas, tal como elas se impunham para os homens em 1828?

⁵⁹ Hymno Offerecido á Mocidade Brasileira, no dia 25 de Março de 1831 (Rio de Janeiro, na Typographia Imperial de E. Seignot-Plancher, s. d.); poesia assinada por Francisco de Paula Brito.

⁶⁰ Bernard Bailyn chama a atenção para esta dimensão política do conceito de escravidão presente nos discursos dos revolucionários americanos; ver, Bailyn, The Ideological Origins of the American Revolution (Cambridge: Harvard University Press, 1967).

"Grossos bueres armados no cabelo,
Chapéos de finas abas enroladas,
Camisas de aberturas enfeitadas,
Calças largas no fino tornozelo;

Casacas, que de caudas são modelo,
Sapatos sem tacão, meias rajadas;
Bengalinhas de junco encastoadas
De um cãesinho, de um'ave, ou de um camello:

De amarello metal grandes botões,
Hoje tem entre nós muito exercicio,
Em fôfos peitos, que usam toleirões.

Mil graças sejam dadas ao Simplicio,
Que, com suas frequentes mangações,
Censura as modas e combate os vícios.⁶¹

Em outra poesia encontramos esta mesma percepção do avanço da vida mundana, vazia e materialista, bem como dos perigos que isto representava para os destinos da nação.

⁶¹ "Soneto" , in Poesias de Francisco de Paula Brito, opus cit., p. 7; a palavra grifada Simplicio é acompanhada de uma nota do poeta: "O Simplicio foi o primeiro jornal facéto que appareceu no Rio de Janeiro. Seguiu-se-lhe - A Mulher do Simplicio - de minha redacção".

"Hoteis e casas de jogo
Isso é um nunca acabar...
S. Christovão, Botafogo
Em toda a parte ha bilhar!

.....

Jogam-se cartas,
Jogam-se acções;
Jogam-se viscondes,
Jogam barões:

O jogo, o jogo
Põe tudo em fogo!

.....

Dizem que a patria em perigo
Está, por não ter dinheiro;
Porém eu isso não digo,
Porque não sou agoureiro.
Haja mais patriotismo,
Haja menos ambição,
Que não receia esse abysmo
A Brasileira Nação.

.....

Haja união,
Que hade haver pão!

Ha grande falta
De tudo, emfim
Só do que ha sobra
É de - capim!

Os burros têm com fartura
Nas praças muita verdura!⁶²

As imagens do burro mastigando placidamente o seu capim, enquanto ao redor o fogo avança, e a do toleirão empafiado de casaca e bengalinha, exalando futilidade, denunciam o problema cuja solução ele parece ter buscado ao longo da vida: como prover a nação de cidadãos de "ideias grandes", "sentimentos honrados", sempre prontos a defender a Constituição e a se sacrificar pela pátria se o despotismo dos vícios e das modas deixava o seu lastro de destruição em todas as mentes e corações?

Em um momento e outro, podemos vislumbrar parte da resposta à pergunta acima na missão que caberia à mulher como mãe e guardiã da Constituição. Em hino oferecido às "Senhoras Brasileiras", no aniversário do juramento da Constituição, o poeta parece chamá-las à luta:

⁶² "Novas Letras", Ibid, pp. 150-152.

"Formosas Brasiliannas,
Duplicai a oblação
Devida á Patria, no dia
Da livre CONSTITUIÇÃO.
.....

Co'as auri-verdes folhinhas
Vossas tranças enfeitai
E cantando alegres hymnos
A voz aos Ceos elevai:

Os mesmos Ceos, que são justos,
As vossas Canções ouvindo,
Farão que do Brasil todo
Os filhos se vão unindo:

Farão que elles abandonem
Planos de revolução;
Que bem digão, que respeitem
O systema da Razão.⁶³

Estes versos eram assinados pela "Redactora da Mulher do Simplicio", sinal de que devem ter sido publicados inicialmente nas páginas de seu jornal A Mulher do Simplicio ou a Fluminense

⁶³ Hymno ao Dia 25 de Março, Anniversario do Juramento da Constituição. Offerecido A's Senhoras Brasileiras (Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de Brito, s.d.).

Exaltada. É provável que este fosse um pseudônimo do próprio Paula Brito, editor responsável deste jornal, publicado na Corte de 1832 a 1846.⁶⁴ Entretanto vale notar o fato de um pseudônimo feminino assinar versos dirigidos especialmente às mulheres e cujo intuito era incitá-las a persuadir os filhos, por meio de suas preces, de que a Razão estava na Constituição.

É importante observar esta imagem positiva da mulher de sentimentos justos, opinião racional, e capaz de cumprir com os deveres cívicos. Era, sem dúvida, uma imagem inovadora, numa época em que as mulheres de elite viviam apartadas da esfera pública, educadas para as chamadas prendas do lar e sem acesso ao mundo da política e das profissões liberais.⁶⁵ "A Mulher do Simplicio" veiculava esta imagem já na epígrafe que encabeçava o jornal:

"Fragil fez-me a natureza
Mas com firme opinião
É justo que a patria escute
A voz do meu coração"⁶⁶

Em meio a vários poemas de Paula Brito que ridicularizavam jovens faladeiras que só sabiam buscar marido - de preferência

⁶⁴ Gondim, Vida e Obra de Paula Brito, opus cit., afirma que este jornal era todo redigido por Paula Brito e em versos; p. 18.

⁶⁵ Ver a respeito, June E. Hahner, Emancipating the Female Sex: The Struggle for Women's Rights in Brazil, 1850-1940 (Durham: Duke University Press, 1990).

⁶⁶ Apud Moreira de Azevedo, opus cit., p.XXI.

Doutor - a "Mulher do Simplicio" destaca-se como uma espécie de nova mulher, a mulher-cidadã, cuja mensagem a pátria deve escutar. Mas para que esta nova mulher pensante possa superar a mulher fútil, é preciso que ela seja dotada de uma rígida formação moral. Em um dos seus poemas vemos o modelo desta nova mulher emergir na figura de Nicetta, jovem de 14 anos, que resiste às investidas do poeta-sedutor fazendo uso de uma argumentação racional. Ao ouvi-lo dizer que "quem tem meiguices" já poderia amar, mesmo apesar da pouca idade, ela lhe responde em tom decidido:

"Sim (tornou-me ella):

Mas nesses annos

São sempre os homens

Nossos tyrannos:

Sempre encantados

Dos nossos rostos,

Voluveis, todos

Mudam de gostos.

.....

O beija-flôr

Que a rosa bella

Avista, logo

Pousa sobre ella;

Mal goza a essencia

De seus primores,
Vôa, e buscando
Vai outras flores...

E a flôr seus danos
Entra a sentir
Sem da roseira
Poder sahir;

Sem que ao amante
Possa estorvar,
Pois não tem azas
Para voar.

Infelizmente não podemos saber até onde iriam os argumentos de Nicetta uma vez que o poema sofre bruscamente a censura do editor. Outra vez o biógrafo quis resguardar a imagem póstuma do amigo e por isso suprimiu uma parte: "...achei o original por demais licencioso". Mas Nicetta, aquela que sabia discernir racionalmente entre o bem e o mal, capaz de dizer não à tirania masculina e guardar o seu poder de decisão, conseguiu deixar uma última mensagem, grifada, para a posteridade:

"Mulher que de homem
Quizer fugir,
Não dê resposta

A quanto ouvir⁶⁷

A rígida formação moral que Paula Brito prescrevia ao jovem, à mulher, e a todos de um modo geral, como base necessária para a construção da cidadania, não o impedia, porém, de valorizar as festas populares de rua, onde todas as regras sociais momentaneamente se diluíam.

"Atire, menina,

Em mim seu limão:

Apague as quenturas

Do meu coração!

.....

Antigas nações,

Que as leis nos traçaram

Do povo os costumes

Assás respeitaram

⁶⁷ "Ecloga", *ibid.*, pp. 12-16; este poema seria incluído no Livrinho das Moças, título escolhido significativamente por Paula Brito para o livro que planejava publicar em 1856; foi aproveitado, porém, para intitular uma das partes do livro de Moreira de Azevedo. O modelo da nova mulher parece ter sido aplicado por Paula Brito na educação de sua filha. Em 1856, numa das páginas de seu jornal Marmota Fluminense, ele anunciava em nota que acompanhava uma tradução do francês: "...é a primeira tradução feita por minha filha A. R. da C. Brito, discípula do meu amigo Teixeira e Sousa". - Apud., E. R. Gondim, Vida e Obra de Paula Brito, opus cit., p. 31. Paula Brito editou também um livro daquela que tem sido reconhecida como uma das primeiras feministas brasileiras: Nisia Floresta Brasileira Augusta, Conselhos à Minha Filha (1845).

O jogo de entrudo,
Tão bom como agora,
Té brinca a mais séria
Mais grave senhora!

Pois acham melhor,
A gente em tumulto
Tornar-se com mascara,
Figura de vulto?

Aonde até póde
O escravo insolente
Propôr á senhora
Questão indecente
.....

Portanto, a policia
Não deve impedir
Que o povo se cure
Em se divertir
.....

O nosso monarcha
É facto corrente,
Que brinca no entrudo
Feliz e contentel...

Os usos antigos

Quem quer extinguir
Vem más consequencias
Depois a sentir!...

Não poupe, menina
Seu tenro limão;
Refresque os ardores
Da amante paixão!⁶⁸

Nesta defesa apaixonada do jogo de entrudo contra a repressão policial, Paula Brito parecia resguardar um velho sonho de igualdade. A teatralização da inversão ou da suspensão das hierarquias sociais, possibilitada pelo entrudo, trazia à tona a visão de uma sociedade onde o rei, a senhora e o escravo brincavam fraternamente e podiam realizar todos os seus desejos, até mesmo aqueles considerados pouco decentes para os padrões da moralidade vigente, porém afinados historicamente com os "usos antigos".

É interessante compararmos este poema de defesa do entrudo com o poema crítico dos jogos de loteria e bilhar, visto anteriormente: no primeiro temos a festa coletiva, de rua, onde se dissolviam todas as desigualdades sociais e a figura do Povo se impunha com a sanção da História; já no outro, encontramos os ajuntamentos de salões, exclusivos de quem tinha dinheiro para desperdiçar com vícios, enquanto lá fora faltava pão e a pátria corria perigo.

⁶⁸ "O Entrudo", Poemas de Francisco de Paula Brito, opus cit., pp. 47-54.

A partir desta comparação emergem as duas alternativas políticas visualizadas por Paula Brito: o entrudo era o sonho, utopia de fraternidade universal que poderia se realizar desde que o Povo impusesse o seu reinado de bem geral; já o bilhar era o pesadelo do presente, a cultura egocêntrica do desperdício dos recursos individuais, que inviabilizava a nação e negava o povo.

A defesa da primeira alternativa, o reinado do Povo, impôs-se desde cedo para Paula Brito. Em meados de 1830, a "Redactora da Mulher do Simplicio" transmitiu esta proposta em versos:

Á bem da prosperidade,
Do Brasil o Povo Rei,
Só deve querer agora
O firme Imperio da Lei:

Até que Pedro Segundo,
Qual manda a Constituição,
Tomando as redeas do Estado,
Faça feliz a Nação."⁶⁹

Escrito antes que D. Pedro II tivesse a sua maioridade reconhecida, este poema não deixa margem para aqueles que porventura pretendessem sepultar a monarquia e fundar a República.

Fiel à Constituição, o poeta esperava que o reinado do Povo

⁶⁹ Hymno ao Dia 25 de Março, Anniversario do Juramento da Constituição. Offerecido A's Senhoras Brasileiras, opus cit..

guardasse a Lei até o momento de entregar o governo ao Rei. Mas de acordo com esta visão monárquica do futuro do país, o início do governo do Rei não deveria significar o fim do reinado do Povo. É que a defesa da monarquia não implicava na aclamação pura e simples de quaisquer atos do Rei. Em 1831, Paula Brito já firmava esta visão monárquica-constitucionalista ao construir, em versos, a sua versão dos acontecimentos envolvendo a abdicação de D. Pedro.

"Parabens Brasilia gente
Floresceo a LIBERDADE!
Caio do Throno o perverso
Socumbio a iniquidade.

Longe de nós os traidores,
Longe o partido servil,
Triunfou a INDEPENDENCIA
No dia sete de Abril.

O Brasil erguendo o braço
Empunhou heroica espada,
Salvou a CONSTITUIÇÃO,
Viva a Patria Libertada.

Longe de nós &.c.

Correu ao Campo da Honra

O Liberal Verdadeiro;
A vida ofertou à Patria
O Cidadão Brasileiro

Longe de nós &c.

Da Patria o fero inimigo
Céde á força da razão,
Deixa o Throno, o filho entrega
A BRASILEIRA NAÇÃO

Longe de nós &c.

Unido o Santo Congresso
Nomeia a Sabia Regencia,
E firma a CONSTITUIÇÃO
Nas bases da INDEPENDENCIA

Longe de nós &c.

Eis que a Nação Libertada
Acclama PEDRO SEGUNDO,
Nascido nas ferteis Plagas
Do Brasil auri-fecundo.

Longe de nós &c.

A fraternal união
Se vê na Tropa, e no Povo,
A singular igualdade
Ergue a Voz no Mundo Novo.

Longe de nós &c.

.....

Quem depois d'este triumpho
O Campo buscou ligeiro
Não merece o doce Nome
De Cidadão Brasileiro"⁷⁰

É interessante observar como se desenham os polos de conflito e de confraternização em dois momentos desta história, tal como narrada pelo poeta. No primeiro momento, o da luta, vemos, de um lado, o Rei perverso, servido por um partido de traidores; de outro, o Povo, a Tropa e o Liberal (verdadeiro), irmanados em defesa da Liberdade, o que era o mesmo que dizer Independência e Constituição.

A luta se resolve quando a Iniquidade cede lugar à Razão, iniciando-se, assim, o segundo momento, com o estabelecimento de um governo dos representantes do Povo vitorioso - o Congresso e os Regentes. Neste segundo momento a figura de D. Pedro II se impõe

⁷⁰ Hymno ao Memoravel dia 7 d'Abri! de 1831 (Rio de Janeiro: Typographia d'E. Seignot-Plancher, 1831); esta folha era assinada por "Francisco de Paula Brito, Addido a 2a. Companhia do 3. Batalhão de Caçadores".

como a garantia de que a Constituição está viva. Mas a felicidade ainda não é completa: há os arrivistas, os vira-casacas, isto é, aqueles que só buscaram o "Campo de Honra" quando a vitória já estava assegurada. Estes eram os não-cidadãos: jamais arriscavam a vida pela Pátria, mas nunca hesitavam em usufruir dela. Ao final, a celebração dos sucessos reveste-se de uma mensagem implícita: os leitores-cidadãos deveriam se acautelar contra estes falsos cidadãos, pois do contrário, o reinado do Povo acabaria tragado outra vez pelo despotismo.

Ao longo dos anos 1830, 1840, e 1850, Paula Brito escreveu vários poemas de louvor a estes eventos, à Constituição e ao rei. Ao mesmo tempo, ele fazia questão de publicá-los em folhas avulsas, algumas em papel largo e cumprido, finamente margeado com desenhos em arabesco. Isto nos diz que estas folhas deviam ser vendidas ou distribuídas de modo que as suas mensagens não ficassem restritas aos ouvidos do rei e de alguns poucos do seu círculo.

As poesias recitadas em homenagem a D. Pedro II, algumas delas em sua presença, merecem especial atenção. À primeira vista elas soam como mera louvação; acusação que Paula Brito talvez estivesse a responder quando inseriu em uma delas:

"Nasci livre, sou livre, e livre tenho
No peito um coração que por Vós bate;
.....

Servil adulação nunca de guia
Aos meus passos servio, com gloria o digo;
O Chefe sendo Vós da Monarchia,
Quem não hade, Senhor, ser Vosso amigo?!⁷¹

Mas ao analisá-las mais de perto, percebemos o intuito do poeta de se fazer ouvir pelo jovem monarca como um amigo experiente que lhe pode ensinar algumas lições valiosas, já comprovadas pela história. A mais importante delas estava na memória do Povo e não deveria ser esquecida por ele: seu pai, D. Pedro I não desistira simplesmente do Trono; o Povo insatisfeito é que decretara o seu fim.

"Foi hoje o Dia primeiro,
Que o Brasil chegou a ter,
Quando gritou Soberano
Independencia, ou Morrer.

Não conhece o Brasileiro
No Mundo nenhum poder,
Que n'alma lhe calle o grito
Independencia ou Morrer.

⁷¹ Ao 19 de Outubro de 1854 Dia de S. Pedro D'Alcantara Nome de S. M. O Senhor D. Pedro Segundo Imperador do Brasil (Empreza Typographica Dous de Dezembro); assinado por Francisco de Paula Brito.

O Americano livre
Sabe amar, sabe querer
Quem respeita esta legenda
Independencia ou Morrer.

Não pode qualquer mandão,
Com seo terrível poder
Privar-nos que não gritemos
Independencia ou Morrer.

.....

A'esse mesmo, que outr'ora
Chegou este Imperio a erguer
Devemos gritar-lhe ufanos
Independencia ou Morrer.

Não hão-de colonos ferros
Nossos pulços mais prender,
Por que ja gritar sabemos
Independencia ou Morrer.

Quem nossas leis respeitar
Nosso amigo pode ser;
Mas hade gritar com nosco
Independencia ou Morrer.

.....

E Tu, Mimoso Imperante,